



Anais da Assembléia

Nº 80

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE AGOSTO DE 1.983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 74ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 1983

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Dirceu Manfrinato, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Edgar Pimentel, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nilso Squarezi, Orlando Pessuti, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes (27); achando-se ausentes os seguintes senhores Deputados: Trajano Bastos, Werner Wanderer, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Airtton Cordeiro, Anibal Khury, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Buffara, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Tadeu Lúcio Machado (30), achando-se em licença o senhor Deputado Ervin Bonkoski (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal para verificação de quorum. (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados). Vinte e três Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Telex:

Do senhor MÁRIO DAVID ANDREAZZA - Ministro do Interior, nos seguintes termos:

"Tenho o prazer de reiterar que os temas abordados em seu ofício 837/83 que ontem Vossa Excelência me entregou, serão devidamente considerados e estão sendo já objeto de análise com vistas ao seu encaminhamento aos diferentes segmentos do Governo Federal. No tocante as providências afetas ao

Ministério do Interior, reporto-me ao que ontem expus em União da Vitória, para sublinhar que elas estão em pleno curso."

— Ao conhecimento da Casa.

Do senhor MAURÍCIO FRUET - Prefeito Municipal de Curitiba, nos seguintes termos:

"Comunico a esse Legislativo, onde ainda ressoam as vozes de sua gente atingida pela mesma calamidade, que solicitei ao Ministério do Interior apoio do Governo Federal para aberturas de frentes de trabalho em Curitiba e nas demais cidades do Sul do Brasil, atingidas pelas enchentes. É a forma de dar trabalho a milhares de pessoas desempregadas, muitas delas desabrigadas reiniciando a reconstrução de tantas cidades inundadas pelos temporais. Uma forma de abertura das frentes de trabalho e a liberação de recursos do BNH para a construção de casas populares. Solicito apoio desse Legislativo para esta proposta de interesse comum dos três Estados sulinos."

— Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 97/83, oriundo da Mensagem Governamental n.º 75/83, de 24 de junho de 1983, que altera dispositivos da Lei n.º 5994, de 21 de maio de 1969 — Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor ERNESTO BRANDALIZE, ocorrido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) EDGAR PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva prestar uma justa homenagem a um dos mais eminentes empresários do Estado do Paraná. Exemplar chefe de família, industrial, agricultor e proeminente pecuarista, o extinto honrou sua existência marcada pelo trabalho e honradez.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação, de um voto de pesar, pelo passamento do senhor ERNESTO BRANDALIZE, que desde 1940 exerceu atividades industriais e agrícolas no Paraná, Município de Manguaçu. Era casado com Dona Amália Brandalize aos 76 anos deixa cinco filhos, netos e bisnetos.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família entutada.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata da Assembléia, "voto de profundo pesar", pelo falecimento do Sr. LOURIVAL KUCHENI DE OLIVEIRA, mui digno Presidente do Diretório Municipal do PDS na cidade de Rebouças, ocorrido em data de 01 de agosto do corrente.

Enaltece ainda, o nome deste grande amigo, pelos grandes esforços prestados em benefício da municipalidade de Rebouças.

Requer, outrossim, seja dada ciência dessa decisão aos seus parentes e familiares, residentes naquela cidade.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido Plenário, REQUER, um voto de profundo pesar pelo passamento da senhora Neuma Cortês Monclaro, ocorrido no mês de julho próximo passado.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, à Rua Presidente Taunay, 392, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações com o Sr. ALTAVIR ZANIOLO pela sua reeleição como Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, pela terceira vez sucessiva.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na qualidade de representante da região limítrofe ao lago de Itaipu, e muito especialmente do Oeste paranaense junto a esta Casa, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a nossa manifestação de mais irrestrito apoio à moção apresentada pelo Excelentíssimo senhor ex-Governador Ney Braga, propugnando pela transformação da região que cerca o lago de Itaipu, tanto do lado brasileiro como para-guaio num centro Latino-Americano de Pesquisas.

Tal medida, como é óbvio, depende antes de mais nada de entendimentos a serem mantidos a nível de governo com o país irmão e, quiçá, com outras nações do hemisfério; o que viria, indubitavelmente, além dos benefícios de ordem material que poderiam advir, estreitar ainda mais os laços de amizade entre os Estados latino-americanos, cujos destinos sempre estiveram a estarão indissoluvelmente entrelaçados.

Requer outrossim, o envio de cópia do presente ao senhor Ney Braga, ao senhor General Costa Cavalcanti, Presidente da Itaipu Binacional, bem como às Prefeituras e Câmaras Municipais dos municípios relacionados que margeiam o referido lago: Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Missal, Matelândia, Santa Helena, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon e Guaíra.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao senhor Secretário de Estado do Interior, para

junto ao Superintendente da SUCEPAR, seja feito estudo da viabilidade de enviar uma equipe técnica para averiguar problema da erosão urbana no Jardim Indo-Ivaí, Distrito de Douradina.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa atender inúmeros apelos que temos recebido de moradores daquela região, pois com as chuvas, este provimento viria amenizar os prejuízos ocorridos, pelo processo erosivo, que até mesmo, vem comprometendo várias partes, inclusive, atingindo a avenida principal, podendo ocasionar desmoronamento de algumas casas; impedindo o tráfego e pondo em risco os moradores daquela região. Diante deste fato é que solicitamos com urgência, providências junto ao Serviço de Combate à Erosão, SUCEPAR, após visitarmos aquela localidade, durante o recesso do mês de julho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da SANEPAR e Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, através da Secretaria de Estado do Interior, determine no sentido de que seja ampliado uma rede de abastecimento de água e um posto de telefonia, na localidade do Jardim Indo-Ivaí, Distrito de Douradina.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a localidade citada, não conta ainda com uma rede de abastecimento de água e um posto de telefone, capaz de minorar os problemas da população, já que se trata de um atendimento necessário. Daí a presente solicitação, para que se realize com urgência, estudos, necessitando assim do poder público por se tratar de região agrícola e cafeeira, dos mais ricos e produtivos, tendo a oportunidade de estarmos presentes na região no recesso de julho e verificando a expectativa da população para essas melhorias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Departamento de Estradas de Rodagem no sentido de que o mesmo auxilie a Prefeitura Municipal de Pinhão enviando a mesma máquinas e caminhões para a recuperação das estradas municipais que se acham totalmente destruídas em função das enchentes ocorridas naquele município.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que o mesmo preste auxílio à Prefeitura Municipal de Pinhão no fornecimento de manilhas, ferro, cimento e madeira para a reconstrução de pontes e bueiros destruídos por ocasião das enchentes ocorridas naquele município.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja constituída neste Poder, uma Comissão Interpatidária para re-

presentar este Poder no "IV Congresso Interestadual Municipalista", a ser realizado nos dias 23, 24 e 25 do corrente mês de agosto, na cidade de Foz do Iguaçu.

Em um acontecimento de tal magnitude, que transcende as querelas políticas e os interesses particulares, sugere este Deputado que a Comissão a ser constituída seja composta, não somente por integrantes da Comissão Executiva desta Casa, como das Lideranças dos partidos nela representados.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente à Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, solicitando a implantação do ensino de quinta a sexta séries no Distrito de Alto São João, no Município de Roncador.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Alto São João no Município de Roncador conta com uma grande clientela para o acima solicitado, tendo os mesmos que se deslocarem para a sede do município quando necessitam de estudarem as respectivas séries, mas esse deslocamento é difícil, pois, não fosse apenas a distância, ainda a estrada se encontra em péssimas condições, motivo que quando chove os alunos não têm condições de participarem das aulas e na maioria se vêem obrigados a abandonarem a escola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente à Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, solicitando a implantação do ensino de segundo grau em Roncador, sendo as habilitações de Magistério e Auxiliar de Escritório.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Roncador é um dos municípios mais importantes de nosso Estado, tendo na agricultura a sua grande fonte de renda, daí ser sua população carente de recursos financeiros, pois, a maioria são trabalhadores dessa mesma agricultura não podendo pagar a formação de seus filhos, daí a necessidade de ser instalado naquela importante comuna o ensino de segundo grau, através do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER envio de ofício ao Sr. Presidente do IPE, pedindo a instalação de farmácia, laboratório de análises clínicas e gabinete dentário, em Maringá, para atendimento aos associados.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Existe, no prédio do IPE, em Maringá, espaço suficiente para a montagem da farmácia, o mesmo ocorrendo com o laboratório. Esses benefícios, bem como o gabinete dentário, viriam desafogar em muito o orçamento já tão comprometido dos servidores estaduais que residem naquele município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial, dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido

de viabilizar estudos para a implantação de uma linha de ônibus direta, entre as cidades de Moreira Sales e Curitiba.

Trata-se de um velho anseio da população do Município de Moreira Sales que para se deslocar a Curitiba necessita ir até Goioerê, para poder pegar um ônibus que a transporte até a Capital de nosso Estado. Levando-se em conta que o trecho Moreira Sales-Goioerê é de 22 km, e que não há uma linha regular de ônibus entre estas duas cidades cujo horário coincida com a saída do ônibus Goioerê-Curitiba. A população de Moreira Sales vê-se, por vezes, compelida a pegar um táxi, para não perder o ônibus que sai de Goioerê para a Capital.

Pelo exposto, cremos que a implantação de uma linha de ônibus regular entre as cidades de Moreira Sales e Curitiba, facilitará sobremaneira a vida da população daquele município, bem como atenderá uma velha reivindicação do povo que ali reside.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Senhor Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), no sentido de viabilizar estudos para o asfaltamento da BR-487, trecho ligando as cidades de Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO

Apoiamento: Nelson Vasconcellos

JUSTIFICATIVA:

O asfaltamento da Rodovia BR-487, que liga as cidades de Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste, seria um marco histórico, premiando o rápido crescimento que a região Centro-Oeste vem experimentando. O asfaltamento desta Rodovia (que se encontra em estado precário), justificar-se-ia somente pela facilidade de escoamento da produção agrícola, pois, trata-se de uma das regiões mais produtivas de nosso Estado; ademais, tornaria a comunicação entre estas duas cidades mais rápida, contribuindo deste modo para o enriquecimento da região.

Pelo exposto, achamos da máxima urgência e necessidade o asfaltamento do trecho citado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Sr. Cloraldino Severo, DD. Ministro dos Transportes, solicitando urgência na liberação dos recursos programados para executar a obra prevista na intersecção da Av. Tiradentes com a Av. Brasília (BR-369), na cidade de Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz que medidas urgentes sejam tomadas no sentido de se executar a obra programada para esta intersecção, pois, ali transitam, diariamente, em torno de 8.00 veículos com destino a São Paulo e, também, aqueles que estão entrando no Município de Londrina.

Em função do elevado número de veículos que manobram naquele local para seguir viagem, principalmente caminhões carregados, é freqüente a ocorrência de acidentes, com muitos casos fatais. Razão pela qual, a população de Londrina bem como os munícipes cambeenses que trabalham em Londrina, reclamam pela construção imediata de um viaduto que poria fim ao cruzamento e, conseqüentemente, aos acidentes.

Vale salientar que o local em questão, devido a tudo que foi relatado, tornou-se conhecido pela comunidade da região londrinense como o "corrossel da morte".

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, no sentido de viabilizar estudos para asfaltamento da rodovia PR-468, ligando as cidades de Mariluz e Umuarama.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

Apoio: Nelson Vasconcellos.

JUSTIFICATIVA:

O asfaltamento da Rodovia PR-468, que liga as cidades de Mariluz e Umuarama, seria um marco histórico no desenvolvimento daquela região; o empreendimento facilitaria sobremaneira o escoamento da produção regional, ainda que em condições climáticas adversas, bem como encurtaria a distância entre Mariluz e os centros de comercialização.

Vale salientar que o acesso de Mariluz até a cidade de Umuarama, pela rodovia PR-468, está em péssimas condições de tráfego. Assim, o asfaltamento deste trecho, afastaria o problema de transbordamento do rio Goioerê, que impede o livre trânsito de veículos durante os períodos de chuvas torrenciais. A consequência benéfica mais direta, proporcionada pelo asfaltamento, seria evitar os constantes serviços de recuperação da estrada pelo município, o que exige, muitas vezes, o emprego de consideráveis recursos financeiros.

Pelo exposto, consideramos que o nosso pedido além de facilitar as condições de tráfego no trecho citado, traria uma substancial economia de petróleo, bem como facilitaria imensamente o escoamento da produção agrícola desta promissora região de nosso Estado.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 102/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica autorizado o Poder Executivo a efetivar como funcionários estatutários todos os servidores que, contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, contem ou venham a contar com mais de dois (2) anos de serviços prestados ao Estado.

Art. 2º — Para atendimento do disposto no art. 1º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a transformar em cargos correspondentes em seu Quadro de Pessoal tantos empregos regidos pela C.L.T., quantos forem necessários, obedecidos os mesmos níveis salariais e posição funcional.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

Os funcionários contratados pela C.L.T., muitos deles prestando relevantes serviços ao Estado há diversos anos, vivem numa situação de instabilidade, haja vista que o sabor das conveniências políticas são muitas vezes dispensados e, embora recebam as indenizações que lhes são devidas por lei, é incontestável o clima de insegurança em que vivem.

Nestas condições, pelo alto alcance social da iniciativa, reputamos bastante justo o presente plano de lei, para o qual contamos com o indispensável apoio nesta augusta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 103/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada como de utilidade pública, o Serviço de Obras Sociais — S.O.S. —, com sede e foro na cidade

de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º Esta lei vigorará a partir de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) Basílio Zenusso.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada como de utilidade pública, tem seu funcionamento regular há muitos anos e presta reais serviços à comunidade, estando seus estatutos que a este projeto juntamos, em perfeita adequação com a legislação pertinente e reguladora da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 104/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — APMI — com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon - Pr.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, se enquadra dentro das exigências legais para tal fim. Tem por finalidade a proteção e a assistência à maternidade e à infância, em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e principalmente da gestante. Além disso, dá orientação quanto à higiene da maternidade e da infância, e sua proteção e assistência antes, durante e depois do parto. Assistência alimentar à criança, à gestante e ao lactente, em estado de desnutrição e de reconhecimento pobre. Dá proteção aos órfãos abandonados. Protege os deficientes mentais, físicos e sociais. Proteção, recreação e educação física às crianças em geral.

É justo que o poder público outorgue-lhe o reconhecimento de utilidade pública, habilitando-os aos benefícios legais decorrentes. Esperamos contar com o apoio dos nossos Pares ao presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada, inscrito.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê).

“Novamente o povo brasileiro assistiu, entre surpreso e revoltado a mais uma demonstração de autoritarismo vigente em nossa pátria, quando por iniciativa do presidente em exercício, com o respaldo do partido que dá sustentação a este regime, o PDS, foram totalmente desconsiderados o Congresso Nacional, a classe política e o povo santista.

Como deve ser de conhecimento de Vossas Excelências, o presidente Aureliano Chaves assinou ontem decreto-lei outorgando a autonomia política ao município de Santos, até agora considerado como de “segurança nacional”, desde que em 1.969, o general Médici decretou intervenção federal, cassando e suspendendo os direitos políticos de Esmeraldo Tarquínio, eleito por ampla maioria prefeito de Santos, que nem mesmo chegou a assumir.

Dirão os desavisados, ou os mal intencionados que com seu gesto, o presidente atendeu a maior reivindicação daquela população. Isto é uma falácia, senão vejamos:

Desde 1.969, o povo santista, com o apoio do então MDB, iniciaram ampla e vigorosa campanha pelo restabelecimento da autonomia, com a apresentação de inúmeros projetos no Congresso Nacional e a promoção de grandes mobilizações populares.

No entanto, todos os projetos oposicionistas esbarraram

num obstáculo intransponível, qual seja o regime militar e seu partido de sustentação, a Arena, antecessora do atual PDS, que se utilizaram de todos os expedientes burocráticos e antidemocráticos para impedir a aprovação dos subsequentes projetos, utilizando-se até mesmo do repugnante expediente de retirada do plenário para não dar quorum, pois que argumentos nunca o tiveram.

Neste momento, tramitava no Congresso, um projeto neste sentido que há havia conseguido maioria na câmara dos deputados, e aprovado por todas as comissões do Senado Federal competentes, tendo sido colocado em regime de urgência, com sua discussão prevista na pauta de ontem.

Quando toda a Nação já acreditava que o Congresso iria finalmente dar uma demonstração de grandeza e independência política, eis que surge em cena o governo federal, que por intermédio de sua bancada, a do PDS, manobra de forma a impedir a aprovação do projeto pelo Senado, e baixa um decreto, para tentar descaracterizar a conquista do povo santista, fruto de suas lutas e mobilizações, para transformar a autonomia em mera "benesse" do todo poderoso executivo, herdeiro pleno do mesmo regime ditatorial que decretou a intervenção.

Procede portanto, a justa revolta dos cidadãos de Santos, expressa brilhantemente pelo jornal "Cidade de Santos" e o constrangimento dos políticos autênticos, mas temos a certeza que aquele povo saberá utilizar com sabedoria seu voto, usando-o para dar uma inesquecível demonstração ao regime militar, de suas tradições democráticas e progressistas, elegendo um opositor que poderá com o apoio de todo o povo recolocar Santos no lugar que merece no âmbito nacional.

Esperamos que este episódio sirva de lição aos parlamentares do partido do governo, e que imediatamente também em todos os outros municípios do País em situação semelhante a de Santos a plena autonomia política, inclusive nos diversos municípios paranaenses, como em Foz do Iguaçu, municípios estes, em que as populações já não aceitam mais os interventores bionicos e exigem seus direitos, não como uma concessão, mas sim como um reconhecimento da absurda situação criada nos períodos mais negros da ditadura, e reconhecidos pela própria Constituição Federal.

Aí sim, o povo saberá se ainda é possível esperar alguma coisa destes parlamentares, ou se eles estão inteiramente perdidos para a democracia, e se assim for, a sabedoria de nossa gente lhes dará uma resposta muito em breve."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Os responsáveis pelo governo ilegítimo que infelicitiza esta Nação há quase 20 anos são possuidores de um QI elevadíssimo. Não se trata do quociente de inteligência, e sim, do quociente de insanidade. Na verdade, é um caso para psiquiatria. A falta de juízo, a demência e a insensatez estão levando este País para um verdadeiro abismo, transformando a vida da população nacional em verdadeiro inferno. A doença da Nação é incurável. Os curandeiros do milagre econômico sabem que o barco está afundando, mas não entregam o leme.

Agora mesmo, vem o sr. César Cals para informar que o chefe da Nação admite eleições diretas para a presidência da República, mas só em 1.990. Pelo visto, os ares americanizados de Cleveland, a nossa matriz, e o telefonema do "cowboy" frustrado, Ronald Reagan, o nosso patrão, já surtiram efeito. Não bastasse a grande maldição do Fundo Monetário Internacional, quer agora, o imperialismo norte-americano, decidir a data para eleições diretas para presidente. Essa postura colonialista da Casa Branca é uma agressão à soberania nacional.

A Nação exige eleições diretas, já.

Mesmo as ditaduras militares mais resistentes, como a

argentina, a chinesa e a uruguaia, já falam em eleições para presidente antes de 1.990. A tese de eleições em 1.990 vem acoplada do projeto de reeleição do general Figueiredo, que o País repudia. Pensar em reeleição seria admitir o modelo econômico que esmaga o povo. Seria admitir a continuidade desse modelo que concentra a riqueza nacional na mão de uma dúzia e espalha a pobreza absoluta entre noventa e nove por cento da população. Neste País de desmandos e de corrupção institucionalizada, a classe média virou favelada e a favelada virou miserável.

Se o general Figueiredo realmente estiver bem intencionado, o melhor que ele pode fazer - inclusive para salvaguardar a sua honra pessoal - é marcar eleições diretas para a presidência da República para o próximo ano. O regime que aí está é um regime falido, podre, indesejável, que não consegue contentar nem mesmo setores militares que já sentem o desgaste da instituição. O País não tem governo. A Pátria conhece bem os traidores dos interesses nacionais, aqueles que se venderam ao imperialismo estrangeiro. É hora da Nação expulsar os vendilhões da Pátria e resgatar a honra nacional e desfazer a negociata com o FMI. O FMI transformou 120 milhões de brasileiros em escravos da vontade do grande patrão da Casa Branca. A hiperinflação, o desemprego, a recessão, a quebra de médias e pequenas empresas nacionais, a agiotagem oficializada, os escândalos financeiros, as grandes obras inacabadas, o achatamento salarial, o aumento criminoso das prestações da casa própria, os 25 milhões de menores marginalizados, os 40 milhões de desempregados ou subempregados, a indústria da seca do Nordeste, os 18 bilhões de dólares da Usina de Itaipu, os 30 bilhões de dólares para o projeto nuclear, a mortalidade infantil, uma das taxas mais altas do mundo; a legião de "bóias-frias", o império da soja, a falta de preços mínimos para a agricultura, a exploração das multinacionais, a desnacionalização da nossa cultura, a ganância dos banqueiros.

Tudo isso e muito mais prova a falência do governo ilegítimo, imposto à Nação por ordem dos grupos estrangeiros e com a conivência do nosso governo em sua execução.

Se os responsáveis, ou melhor, se os irresponsáveis que estão no comando da Nação não querem confrontos, que deixem o povo escolher livremente o presidente da República. Que peçam desculpas à Nação e entreguem os cargos, por absoluta falta de competência. É o mínimo que se pode esperar".

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Tuguio Setogutte, inscrito.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná, e mais precisamente ontem, o povo de Sertaneja, mais precisamente os ocupantes do quinhão 11 vieram a ter uma nova movimentação quanto ao desenrolar do processo que lhes é movido para desocupar a gleba de terras. Criou-se grande clima de tensão armada e social, pois, foi determinado pelo juiz de direito de Cornélio Procopio, em cumprimento a uma carta precatória oriunda da comarca de Jacarezinho para que se cumprisse a emissão de posse em onze lotes de terra na Fazenda Ribeirão Bonito. No desenrolar dos acontecimentos os oficiais de Justiça ao darem posse de um dos lotes ao dr. Pedro Luiz Crespi da área ocupada pelo Sr. João Turquino, houve dos demais ocupantes uma verdadeira resistência armada, e que necessita que fosse expedido ao presidente do Conselho Superior da Magistratura, um ofício do douto juiz de direito de Cornélio Procopio requisitando força policial para o inteiro cumprimento daquela medida.

Todos esses fatos são de inteiro desgosto da população paranaense que, estarrecida, acompanha há tantos anos o desenrolar deste quinhão 11, pois jamais deveria ter sido contado na

História deste Estado, pois, para tanto, cidadãos que pela ardisiosidade de certos elementos, foram lesados na sua boa-fé, hoje estão sendo desalojados da ocupação de seus lotes de terras e necessitam da presença ativa dos órgãos competentes para que os socorram, pois a Justiça, dando cumprimento ao que é legal, não poderia, de maneira alguma, ter decidido contra aquilo que é de direito.

Portanto, estamos à frente de uma decisão e o bom senso é o imperativo. Pois, para o dr. Crespi, legítimo proprietário da área, como já decidiu o Supremo Tribunal Federal, como também para os ocupantes que foram ludibriados em sua boa-fé, teriam de contar neste exato momento com a presença ativa do ITC, mais precisamente do governador José Richa que, inclusive, em campanha política, houvera prometido àqueles ocupantes a solução deste problema, dentro de um limitado curso de prazo.

Apelar também ao Incra, assim como aos demais órgãos, que tenham a força para que resolvam, em definitivo, este caso que dia-a-dia traz apreensão não apenas à população, mas que, como tantos outros, hoje e neste exato momento, para aquela região, para os ocupantes em problema com o Quinhão 11, terão que se haver com a Justiça. Nada mais justo e nada mais coerente que todos os órgãos representados e representantes de nossa Federação e de nosso Estado os socorram neste momento oportuno para que, de uma vez por todas, tenhamos solucionado aquele grave problema que há mais de 60 anos temos acompanhado e o Paraná tem assistido estarecido a não resolução deste grave problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto Requião, inscrito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já aventei certa vez desta tribuna, a possibilidade do PMDB vir a ser situação e a sua própria oposição. Isto porque o PDS, perdido e perplexo ao ser apeado pelo povo do governo estadual, não sabe mais a que vem, ou porque existe.

Nunca foi, o PDS, realmente o partido do governo, e do regime sempre esteve embutido na estrutura do Estado. Perdido o Estado, pouco restou orgânicamente do PDS no Paraná. Os mais rápidos ou prestigiados, correram para a Universidade Federal do Paraná e para outros órgãos federais. Houve até caso pitoresco de indivíduo que assumiu pela tarde e foi demitido pela manhã. Faltou apoio para a manutenção no cargo.

Na abertura desta segunda fase do período legislativo de 83, o Deputado Márcio Almeida abordou a situação política brasileira em brilhante pronunciamento e analisou as propostas para um entendimento nacional. Não encontrou eco. Não despertou a atenção do PDS. Mas ontem, finalmente, a liderança do PDS revela a sua verdadeira preocupação. Tal e qual uma reportagem da revista "Amiga", se indaga quanto custa e quem paga a energia elétrica do governador José Richa? Quanta água, consome o governador? Qual é a verdadeira profundidade da sua piscina?

Vamos tentar estabelecer o diálogo político nesta Assembléia pelo método Paulo Freire. Inicialmente, abordaremos os assuntos que originariamente interessam ao PDS; os assuntos geradores do nosso diálogo. Na sequência, com cuidado, tentaremos politizá-lo.

O governador José Richa, homem de hábitos simples, não possui em sua casa, aparelhos elétricos que não existam nas casas da classe média paranaense. Seu consumo de água é o mesmo das famílias médias do nosso Estado. A piscina do Canguiri é rasa. Antecipamos futuras indagações, afirmando que o governador não aprecia pratos sofisticados. E que ao sair do

Palácio Iguazu, onde trabalha até altas horas da noite, sempre encontra um amigo que lhe pague um sanduiche. Mesmo que ninguém lhe pagasse, não deveria ser o sanduiche do governador, objeto das preocupações da liderança da minoria. Despertada a atenção, com o assunto próprio, vamos tentar politizar a nossa intervenção. O estouro dos grupos Brastel e Delfim, representaram para a Nação, um furo maior, do que o Orçamento do Estado do Paraná. O aval do Badep, para a Cervix, na véspera da sua insolvência, compromete, conforme denúncia da "Folha de Londrina", importantes figuras da República. A inflação, o desemprego, os salários arrochados e a dívida externa, são assuntos mais sérios do que a conta d'água do governador. A conta d'água do governador é baixa, palavra do vice-líder do PMDB. Por mais alta que fosse, não mereceria a apreciação desta Assembléia. Limitada que está a conta, pela capacidade de vaso de um cano, de abastecimento residencial. No entanto, tenho certeza de que os técnicos da Sanepar estão à disposição de qualquer Deputado que desejar um esclarecimento adicional. Voltemos à política. Voltemos ao nosso discurso de campanha. Dizíamos então: "a nossa vitória de 15 de novembro é um ponto de partida; não uma meta de chegada. Sabemos o que queremos. Entendemos nosso papel estratégico de dar unidade à multiplicidade de demandas em interesses populares. Temos uma proposta sólida, de desenvolvimento econômico e social.

Nosso, era o compromisso de eliminar a miséria absoluta da face do País, através de reformas profundas na estrutura do Estado. No entanto, o que vemos? — A esta é a crítica que o PDS não consegue fazer. Vemos o PMDB paralisado; mesmo sendo o governador José Richa, o mais conseqüente governador de oposição no País, estamos, enquanto partido, mais inclinados a administrar crises internas do que prosseguir na luta política.

Para administrar crises, recessão e justificar a injustiça social, o PDS seria certamente mais competente. Afinal foi ele, o PDS, o beneficiário de todos esses anos de regime opressor.

A nossa responsabilidade política, enquanto partido, não pode ser diminuída, pelo fato de estarmos administrando o Paraná. O que diferenciava a nossa proposta e nos deu credibilidade para a vitória, foi a franca campanha em favor das maiorias marginalizadas; a certeza de que prosseguiríamos na luta e na regimentação da população, pelas necessárias reformas estruturais, que construiríamos com o partido das reformas, o PMDB democrático, nacionalista e popular.

Não podemos nos reduzir a administradores de crises, não podemos nos perder em ninharias fisiológicas, precisamos de um partido cada vez mais perto do povo. Estas posições, as coloco só para lembrar, especialmente, ao PDS, embora o PMDB disso também esteja relativamente esquecido.

A Carta de Porto Alegre, baseada no nosso documento esperança e mudança, colocava como condições básicas para retomada do desenvolvimento, a reforma fundiária urbana, a reforma agrária, a reforma trabalhista e previdenciária, a reforma tributária, que restaurasse a situação do mercado financeiro nacional e recuperasse a federação.

Tínhamos e temos as nossas propostas. Precisamos superar a confusão e a paralisação partidárias, precisamos abrir um partido ao povo, realizar o nosso compromisso programático de uma democracia de massas, dar conseqüência aos votos de um milhão e seiscentos mil paranaenses.

Temos propostas para o partido, temos propostas para o Paraná, temos propostas para o Brasil e o que nos propõe o regime, e o partido da minoria no Estado do Paraná: submissão ao Fundo Monetário Internacional, com as seguintes conseqüências: grandes desvalorizações da moeda, redução das importações em 17,5 por cento em relação a 1.982, destruição da força de trabalho, através de mudanças do índice de reajuste salarial e de manipulação nos índices econômicos; redução do crescimento demográfico, fim dos grandes projetos industriais, elimi-

nação de 10 bilhões de dólares de subsídios à agricultura e à indústria, incentivo aos investidores estrangeiros, para assumir o controle de empresas públicas privadas, em crise.

Não será pela verificação de gastos d'água, fiscalização de medidores de eletricidade, verificação de profundidade de piscina e patrulhamento rodoviário, que iremos superar a maior crise política, econômica e financeira que este País já viveu em sua história.

A oposição tem projetos e propostas em pauta, o projeto emergência do formidável senador Teotônio Vilela, que será abordada nesta Assembléia, brevemente, pelo Deputado Paulo Furiatti.

A proposta supra partidária da frente nacionalista, que será colocada em discussão pelo Deputado Caíto Quintana. Mais adiante virá o plano de ação do governo, desta vez, para discussão.

Tenho certeza de que temos condições necessárias para o estabelecimento de um debate, nesta Casa, a nível daquilo que o povo do Paraná espera de seus deputados.

Confio que, nesta segunda fase do período legislativo de 83, o comportamento e a produção desta Assembléia, honrarão as esperanças da coletividade paranaense.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto à liderança do PMDB, passando a palavra ao nobre Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Deputados. (Lê):

"É com tristeza que o povo paranaense assiste, neste momento, a retrospectiva de todos os desmandos e incompetência com que durante anos foram administrados alguns municípios de nosso Estado. Retrospectiva por demais dolorosa se, conjuntamente, levamos em consideração que vigora atualmente uma lei tributária, que praticamente elimina a essência municipalista.

Na verdade, deixando de lado a consciência, ombridade e dedicação à causa pública, que devem caracterizar o titular de qualquer cargo público que tem suas funções delegadas pelo povo, honrando assim compromissos prestados perante a população pela qual foi eleito, muitos dos representantes do executivo municipal, aproveitando-se desta situação, fazendo desviar direta ou indiretamente, vultosas somas do erário público, decretando em seguida a falência do município.

Sr. Presidente, Senhores Deputados: venho hoje aqui nesta tribuna trazer à lume, grave denúncia contra a pessoa do ex-prefeito do município de Roncador, sr. Silvestre Kuchula; baseado nas informações constantes do jornal "Tribuna do Interior", "Especial sobre Roncador", de maio de 1983.

Cidade situada no centro-oeste paranaense, com uma população em torno de 19 mil habitantes, Roncador tem a sua economia, quase que na totalidade, embasada na extração de recursos naturais, e na produção e comercialização agrícola, sendo atualmente uma das mais promissoras cidades daquela região do Estado.

Porém, não obstante ser uma cidade em franco progresso, nela foram verificadas um sem número de irregularidades, constatadas através de uma sindicância efetuada por um escritório de auditoria, e de uma comissão de sindicância instituída pela Portaria nº 28/83 daquela prefeitura, irregularidades que sem dúvida atrapalharam o avanço do progresso na cidade, e que demonstram a má e sórdida administração levada a cabo pelo ex-prefeito do PDS.

Entre outros desmandos apurados pelo escritório de auditoria e comissão de sindicância, encontram-se obras com laudos falsos (para levantamento de financiamentos junto aos órgãos do governo), combustível pago pela prefeitura a pessoas que não faziam parte de seus quadros, nem lhe prestaram ser-

viços, fretes irregulares beneficiando o caminhão de propriedade do ex-prefeito, fretes estes pagos e não entregues no seu destino, compra de alimentos, fumo e cachaça, adquiridos pela prefeitura não se sabe para que fim, e muitas outras irresponsabilidades, que documentam fartamente o tipo de personalidade criminosa que caracteriza a pessoa de Silvestre Kuchula.

Nesse emaranhado criminoso, abandonando qualquer resquício de consciência e civismo, o ex-prefeito desviou mais da metade dos materiais de construção, armazenados no pátio da prefeitura e destinados à edificação da nova escola e de outras construções, usando o seu próprio caminhão, e chegando ao cúmulo de cobrar esses fretes. Ora, se analisarmos as dificuldades que o governo do Estado enfrenta na liberação de verbas destinadas à construção de escolas, na tentativa de acabar com o analfabetismo contribuindo assim para o engrandecimento do Estado e do País, podemos ter a dimensão exata das consequências sociais alcançadas pelos crimes cometidos na anterior gestão, na prefeitura de Roncador.

Antes de assumir a prefeitura, em 1.º de fevereiro de 1983, o atual prefeito, Augusto Becker, tinha já uma leve idéia da situação em que se encontrava o município; porém, não imaginava que a situação com que iria deparar era de verdadeiro caos. Entre algumas das heranças da administração anterior, salientam-se o pagamento das contas de luz atrasadas 6 meses, e a conta da água há mais de um ano sem pagamento.

Foram apurados alguns contrastes financeiros, verificados durante essa inesquecível (tristemente) gestão; enquanto os veículos e máquinas da prefeitura foram deixados em precárias condições de funcionamento, alguns mesmo totalmente impraticáveis para o uso, todos os funcionários e servidores em cargo de comissão assim como o prefeito e vice-prefeito, quando de suas viagens, se faziam pagar pela prefeitura das despesas de hospedagem e refeições, através de diárias; no entanto, como ainda assim aparecem notas fiscais de refeições do ex-prefeito e ex-vice-prefeito, mesmo recebendo diárias, demonstra-se que o pagamento foi efetuado duas vezes. Aliás, diga-se a bem da verdade, não existia nenhum controle para os demais funcionários. Somente no ano de 1982, o prefeito recebeu subsídios e representações no valor de Cr\$ 1.560.000,00, e diárias no valor de Cr\$ 1.300.000,00. O mesmo aconteceu com vários funcionários da prefeitura, que chegavam a receber quase metade do seu salário anual, em diárias.

Para que se tenha uma tênue idéia do descalabro financeiro a que chegaram as contas da prefeitura, esta não possuía contabilidade formalmente constituída, não possuía livro diário, nem fazia qualquer tipo de lançamento contábil. Além disso não havia na Prefeitura de Roncador qualquer sistema de controle dos bens móveis e imóveis municipais.

Toda esta situação provocada pelo seu antecessor, vem prejudicar em muito a atual gestão, que terá que dedicar os primeiros anos de sua administração à recuperação das finanças do município. Por isso há a necessidade, de que em nome da decência política em nosso Estado, tomemos medidas urgentes e enérgicas, punindo o ex-Prefeito de Roncador, tanto criminal como civilmente, ressarcindo o município dos prejuízos sofridos, por uma administração caracterizada pela incompetência e imoralidade.

Tomando como exemplo o caso que aconteceu com a Prefeitura de Roncador e numa tentativa de que mais casos semelhantes não ocorram, há a necessidade de os prefeitos atuais adotarem uma linha rígida de controle; para tanto deve-se entender que o orçamento, que é um programa do Governo, deve ser respeitado não se ultrapassando seu valor; todas as prefeituras deverão ter uma contabilidade legalmente organizada, nos moldes da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964, com o objetivo de controlar e cuidar da coisa pública.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este é mais um caso verificado só no ano de 1982, e

não se trata de um caso isolado. É primordial que os prefeitos recém-empossados direcionem sua administração sob um regime austero e fiscalizador das contas do município, para que a moralidade e idoneidade voltem a ser palavras de ordem no nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Consulto a Liderança do Partido Democrático Social, se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Fará uso por dez minutos o eminente Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito bem disse o Deputado Rubens Bueno sobre a falência que ele está vaticinando dos Prefeitos que a maioria percente ao seu partido. Faz muito bem ele em denunciar a corrupção em talvez 4 ou 5 meses que ele está prevendo dos Prefeitos e nós também queremos fazer coro neste instante. Só queremos dizer que discordamos em um ponto de vista. Se um povo elege o prefeito, e este merece a sua confiança, ele não pode vaticinar, não pode falar por antecendência, porque ele fala de seus companheiros que talvez muitos deles o elegeram ou ajudaram a elegê-lo, porque a lei tem e deve ser cumprida rigidamente e nós como deputado da minoria, queríamos dizer aos prefeitos da situação que ouçam o conselho deste moço que não quer outra coisa a não ser a honestidade dos seus prefeitos, porque conselho é muito bom. Dá-se a quem precisa ou a quem pede e nós não damos conselho, apenas fazemos coro com o Deputado Rubens Bueno, porque ele pede aos seus prefeitos que parem de fazer bandalheiras, porque se os nossos prefeitos fizeram bandalheiras, hão de pagá-las.

Então seria aconselhável que não se viesse a uma tribuna para atirar lama nos prefeitos dignos e honrados que estão por este Paraná a trabalhar pelo bem estar de sua terra e de sua gente.

Que se dissesse particularmente aos seus prefeitos que parem de fazer as coisas erradas. Agora, vir a uma tribuna para criticar os prefeitos sem distinção, talvez no afoitismo deste moço, ele não distinguiu, não separou, não dividiu os prefeitos da situação e nem da oposição. Ele apenas falou que os prefeitos tem que tomar cuidado para que parem de fazer bandalheiras. É um desrespeito a um Poder Executivo, a uma ingerência indébita do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo de uma comuna paranaense.

Pediria ao ilustre Deputado que ataca os prefeitos do Paraná, que desse nome aos bois, mas não indistintamente como ele o fez, criticando e dizendo aos senhores prefeitos que tomem cuidado, como se os prefeitos fossem uma plêiade de bandidos que vieram assaltar as Prefeituras do nosso Paraná.

É muita moralização, é muito cuidado com a causa pública, é muita coisa, como dizia o adágio popular: "é muita rapadura para um baiano só".

Haveremos de esperar o julgamento popular, haveremos de esperar, Deputado Fiori Malaguido o julgamento das próximas eleições para que vejamos que os prefeitos do PDS não precisam desta advertência, como também não precisa a maioria dos prefeitos do PMDB que se foram homens que tiveram o respaldo popular de suas comunas, de seus eleitores, não é para virmos aqui, com u'a modéstia, fazermos observação chamando atenção de nossos prefeitos. Não toleraremos. Haja quantas CPIs houver, haja quanta demagogia quiser haver, haja o que quiserem os Srs. Deputados da Situação, tripudiar sobre o Paraná, ao invés de CPIs, eles deviam aplicar o seu tempo a pedir pontes, a pedir e a ajudar o seu Governo a recuperar as estradas, recuperar este Estado flagelado, a recuperar o bom senso e a cessar as perseguições. A recuperar, num bloco mono-

lítico, a união de ambos os Partidos em benefício do Paraná e de sua gente.

Se os Prefeitos são corruptos, à justiça cabe julgar. Não cabe aqui aos Deputados virem com demagogia, a dizer os prefeitos corruptos e sem distinção de partido. Nos sentimos ofendidos, porque vemos o Deputado a atacar prefeitos do seu próprio partido. Não discerniu e não dividiu as águas que é necessário serem divididas. Se forem atacados só os Prefeitos do PDS, nós os defenderíamos, diríamos aos Deputados que querem a CPI — julguem primeiro para depois condenar. Por que atirar pedra em árvores que não têm frutos?

E nós do PDS — meu querido líder — estamos aqui nesta trincheira da verdade, da democracia, sem demagogia, na esperança de voltarmos outra vez ao poder para mostrarmos a esses jovens afoitos, que não têm na memória o que foi do passado. Mas, o passado é passado, e o futuro a nós pertence. O futuro pertence ao PDS porque Vossas Excelências não sabem governar. Vossas Excelências até hoje não fizeram plano de governo, é só perseguição, perseguição e perseguição.

E nós temos um plano para o próximo governo. Temos um plano de carinho, de trabalho, de poder estar sempre alerta junto com o povo e aplicar o dinheiro do povo em benefício do próprio povo. Este povo que está desesperançoso, este meu povo no Norte Pioneiro que se hoje houver uma eleição, ganharíamos de tala erguida. Vossas Excelências não trouxeram nada. Nada de novo, nada de objetivo, nada, a não ser perseguição...

É isto Deputado Rubens Bueno, que Vossa Excelência traz à tribuna. Venha a esta tribuna, peça benefício ao Paraná, aos homens flagelados, aos homens de mãos calosas que puxam o rabicho do arado e o cabo da enxada diuturnamente. Traga benefícios mas não venha com calúnias, não venha julgar, porque a Deus cabe julgar, a Vossa Excelência cabe com seu governo trazer, Deputado Rubens Bueno, benefício ao Paraná. As estradas que claudicamos diuturnamente, vendo esburacadas, não por culpa do Sr. Governador, mas por culpa do complexo de homens que não querem outra coisa a não ser perseguir.

Vossas Excelências estão com o Governo, façam alguma coisa, para que eu não possa amanhã dizer que prenderam um Governador em Brasília, e ele diz que não estava fazendo nada. Então, volte ao seu Estado e faça alguma coisa pelo seu Paraná.

É isto que queremos, Deputado Rubens Bueno. Peça ao seu governador, venha à tribuna e diga: fizemos 2 quilômetros de estradas asfaltadas; recuperamos 30 km de estrada esburacada; e onde está Vossa Excelência neste instante? Em Roncador, ou no Norte ou no Sul do Paraná, a pedir o que? O que Vossa Excelência pediu dessa tribuna a não ser perseguição?

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Presidência consulta a Liderança do PDS se fará uso dos vinte minutos restantes.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assistimos há pouco e ouvimos com atenção mais um discurso do Deputado Roberto Requião, com a modéstia que o caracteriza na vida pública. Sua Excelência faz a seu juízo, dentro da sua ótica político-partidária, além do seu autoelogio, o que não é novidade para esta Casa, o elogio de alguns dos seus companheiros de bancada, para, logo em seguida, reconhecer que o Partido do Movimento Democrático, que nem partido é porque Sua Excelência provavelmente ainda recorda das lições de ciência política sobre o que é partido, não deve desconhecer que a agremiação a que ele hoje se filia, não passa de um aglomerado de pessoas no Paraná que sobretudo buscavam o poder.

A literatura do discurso da eleição que se repete agora, não com o mesmo brilho da véspera da eleição, mas já um pouco molhado pela mordomia. Sua Excelência, no mesmo linguajar, faz referências a propostas feitas pelo Deputado Márcio de Almeida e depois ele mesmo conclui que a sua grei partidária no Paraná é a grei do imobilismo, do governucho, da mordomia, da perseguição, do ódio e da destruição de estruturas.

Porque lamentavelmente é isto que os sete milhões e 600 paranaenses estão assistindo. Não estamos verificando se transformar em realidade a proposta de mudança da sociedade paranaense.

Sua Excelência provavelmente depois de ter tomado um copo d'água não à semelhança dos "Astérix" que tomava o copo d'água na fonte da sabedoria e da força, mas provavelmente depois de ter tomado um copo d'água na Granja do Gangüiri, eu não diria que Sua Excelência tomou um banho de piscina, não, eu não diria nem que Sua Excelência comeu num final de semana uma bela comida árabe, nem de ter participado de um jogo de cartas, não, Sr. Presidente, Sua Excelência entende que este partido, que era o partido da esperança e da mudança da véspera da eleição, mas que, lamentavelmente entre o discurso e a ação vai uma distância muito grande, enorme, porque o Paraná todo está verificando o imobilismo de Sua Excelência o Governo do Estado que ainda procura os dados para uma análise da situação paranaense, como se o Paraná inteiro não soubesse quais os nossos problemas, quais as nossas dificuldades e quais as aspirações de desenvolvimento de nosso povo. Não vivemos aqui num Estado perfeito. Sabemos das deficiências do nosso passado, das dificuldades da nossa gente. Mas de nada adianta ficar apenas na palavra fácil, no discurso roto, cansado e vazio, não adianta cruzar os braços e transferir responsabilidades porque a promessa do PMDB era promessa de "Richa e Álvaro ou fica como está", prometendo ao Paraná...

O Sr. Roberto Requião — Sr. Deputado, um aparte não é possível?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... aqui no nosso território.

Concederei em seguida após ouvir os apartes dos dois Deputados que me solicitaram. Solicito que Vossa Excelência aguarde pacientemente, com a paciência que lhe é peculiar, como eu o ouvi com paciência.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná estava esperando que o Governo José Richa dissesse a que veio, e nós sabemos e o Paraná todo sabe, que o Governo do PMDB é um governo que mistura gente de todas as ideologias, de todas as idéias, de todos os matizes, e não são poucos os políticos do PMDB que classificam este Governo que aí está, de Governo insensível à realidade política estadual.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é possível ainda ficarmos no discurso e na literatura, quando a gente que precisa de estradas, de obra, de energia rural, de assistência ao homem do campo, de assistência à educação. E qual a obra, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma só, por favor, feita pelo Governo José Richa em razão da filosofia de mudança político-administrativa implantada no Paraná? Será que foram as obras do Prefeito Municipal de Curitiba? Ainda recentemente o ilustre jornalista Cândido Gomes Chagas, aqui hoje presente na Assembleia Legislativa, na sua respeitada revista "Paraná em Páginas" fez a análise das promessas não cumpridas e da inação do Prefeito Municipal de Curitiba, o "biônico" do PMDB, Maurício Fruet.

Mas vamos ver, companheiros, Srs. Deputados, qual é a obra no setor da Educação, uma só. Qual é o problema educacional que a filosofia transparente, democrática e de mudança implantou no Paraná no setor da Educação? A lista tríplice que deseduca a juventude, que é uma farsa caracterizada pela escolha do "menos votado"? No setor da Saúde Pública, exo-

neração, perseguição, ódio. Ou será que a grande obra foi o Sr. Secretário da Saúde trocar a data da vacinação, data esta reconhecida e proclamada no mundo inteiro pela Organização Mundial da Saúde?

Qual a obra no setor de segurança pública, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Qual a melhoria para o setor da segurança, feito pelo Governo da mudança, pela literatura do discurso? Qual a ação no campo da agricultura, em favor do pequeno proprietário rural? Qual a obra da Copel...

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Será que foram os empréstimos que o Governo de José Richa já está se aproveitando dos pedidos anteriores do Governo, já está endividando em dobro o Paraná?

Falava-se, logo depois do início do Governo José Richa, este é um Estado falido. Veio o Secretário de Planejamento na Assembleia Legislativa e disse que o Paraná tem o melhor perfil da dívida externa de todos os Estados da Federação. **O Sr. Paulo Furiatti** — E o Banco Estatal mais quebrado ainda. **O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — Mas, Sr. Presidente, é preciso do Banco Estatal inclusive...

O Sr. Paulo Furiatti — Que foi afundado pelo PDS...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... não só do Banco do Estado do Paraná, mas também do Badep, pelo Governador José Richa, aquilo que o Deputado Paulo Furiatti denominou nesta Casa de "um bando de ladrões" referindo-se ao grupo Atalla. As palavras não são minhas, são de Sua Excelência o Deputado Paulo Furiatti. Vamos analisar porque o Governo do Estado, porque o Banco do Estado emprestou dinheiro ao grupo Atalla; que alguns representantes do PMDB diziam que era um grupo desonesto e que estava levando à falência a nossa querida Porecatu.

Mas vamos ver, Sr. Presidente, Srs. Deputados, qual é a autoridade moral que tem um Governo que não tem plano; que tem palavra mas que não tem ação; que tem discurso mas não tem a verdade para censurar o comportamento daqueles que estão exercendo o seu mandato, de acordo como que reza a Constituição e em função de uma delegação imposterável, que receberam do povo nas últimas eleições; exercer a Oposição e fazê-la sem ódio, fazê-la sem destruição, fazê-la sem tentar denegrir a honra de quem quer que seja. Mas sem se intimidar. Nem com os boquirrotos que ficaram quatro anos sem trabalhar na Prefeitura de Londrina, nem com os boquirrotos que não tinham sequer certificado de reservista.

Não, Sr. Presidente. Estamos nesta tribuna para dizer ao Paraná que nós queremos aquilo que Sua Excelência o Governador José Richa prometeu antes das eleições: austeridade e moralidade no trato do dinheiro público, e aquilo que eminentes deputados do PMDB como o seu líder na Assembleia Legislativa prometia, antes de ser proclamado o resultado da eleição de que não haveria perseguição no Paraná, não haveria demissão no Paraná.

Ora, Sr. Presidente, tentar fazer transparecer uma outra realidade, dizendo que o PMDB aqui no Paraná não pode propor um plano de mudança, é desconhecer a inteligência da gente da terra dos pinheirais. Não é possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os homens do Governo hoje, esqueçam aquilo que diziam tão fluentemente no palanque...

O Sr. Nilso Sguarezzi — Vossa Excelência permite um aparte?

Vossa Excelência citou o meu nome, concede um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Concederei. Depois de conceder aos outros que pediram antes.

(Tumulto no plenário).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Presidência solicita aos Srs. Deputados... (faz soar os tímpanos)

A Mesa suspende a sessão por alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem assento nos seus devidos

lugares e reabre a sessão, concedendo a palavra, por três minutos, ao Deputado Líder do PDS, Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Esta Casa é testemunha...
O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência concede um aparte?
O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Não concederei o aparte, eminente Deputado Roberto Requião, pois ouvi Vossa Excelência calado, esperando o momento de falar, e Vossa Excelência tem o horário próprio, o horário de liderança do seu partido, para fazer os discursos e para proferir os apartes que entenderem convenientes.

Solicito, portanto, Sr. Presidente, que Vossa Excelência faça cumprir o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, o qual estabelece, Sr. Presidente, como regra de convívio na Casa entre os contrários, que haja sobretudo respeito ao solicitar os apartes, quando as pessoas se tornam irritadiças, quando as pessoas perdendo o argumento da verdade e a verdade dói, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passam histericamente a levantar-se nesta Casa, como se estivessem nas suas residências, ou em quaisquer outros lugares que convivam.

Este não é o comportamento nem ético nem parlamentar e não temo, Sr. Presidente, nem ferro nem grito, porque Deus e já disse isso, repetindo o Presidente Juscelino Kubiteschek, Dus poupou o meu sentimento de medo, nunca exerci cargo executivo para exonerar quem quer que seja. Nunca exerci, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nenhuma função que pudesse desta mão ter exonerado um pai de família e posso esclarecer, graças a Deus, todos os atos de minha vida pública.

Não sei se alguns que já exerceram cargo executivo nesta Assembléia Legislativa, podem justificar muitas atitudes que tomaram na administração passada.

Não sei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se podem justificar notas de gasolina não sei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se podem com a consciência tranqüila, voltar para casa após estarem permitindo e estimulando a maior e mais cruenta perseguição política, que se tem conhecimento, contra velhos e bravos médicos da região Sudoeste do Paraná. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Esta Presidência informa que está encerrado o horário de Vossa Excelência.

Encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 27 Srs. Deputados.

I Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 13/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que dispõe sobre a adoção do livro didático nas escolas públicas do Estado e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva nos seguintes termos: (Lê):

EMENDA SUBSTITUTIVA AO ARTIGO 1.º AO PROJETO DE LEI Nº 13/83

O Art. 1.º, do Projeto de Lei nº 13/83, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º — Os professores dos estabelecimentos estaduais de Ensino de primeiro e segundo graus, caberá a escolha e adoção do livro didático, preservada a unidade de ensino e na forma didática aprovada pela Secretaria da Educação, cujo processo de escolha deverá ser regulamentado por decreto do Poder Executivo, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a publicação da presente lei.”

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI.

Apoio: Anibal Khury, Fiori Luiz, Rubens Bueno e Artagnão Mattos Leão.

Em votação o projeto. — **Aprovado.**

Em votação a emenda substitutiva. — **Aprovada.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 51/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que declara de utilidade pública a instituição beneficente denominada “COLMÉIA MENINA DE MARINGÁ”. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Brandalize, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Brandalize, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lourival Kuchen de Oliveira, ocorrido no dia 01 de agosto do corrente ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Neuma Cortês Monclaro, ocorrido no mês de julho próximo passado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 97/83, oriundo da Mensagem Governamental nº 75/83 de 24 de junho do corrente ano, que altera dispositivos da Lei nº 5.994, de 21 de maio de 1969 — Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, manifestando o mais irrestrito apoio à moção apresentada pelo Sr. ex-governador do Estado, propugnando pela transformação da região que cerca o lago de Itaipu, tanto do lado brasileiro como paraguaio, num centro latino-americano de pesquisas. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com o Sr. Altavir Zaniolo, pela sua reeleição como presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, no sentido de enviar máquinas e caminhões para a recuperação das estradas municipais danificadas pelas enchentes, no município de Pinhão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao DER, através da Secretaria dos Transportes, no sentido de fornecer manilhas, ferro, cimento e madeira para reconstrução de pontes e bueiros destruídos pelas enchentes no município de Pinhão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. diretores presidentes da Sanepar e da Telepar, por intermédio da Secretaria do Interior, no sentido de que seja ampliado uma rede de abastecimento de água e um posto de telefonia, na localidade do Jardim Indo-Ivaí, município de Douradina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando seja constituída neste poder, uma comissão interpartidária para representar a Casa no IV CONGRESSO INTERESTADUAL MUNICIPALISTA, a ser realizado nos dias 23, 24 e 25 do corrente mês, no município de Foz do Iguaçu.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, com apoio do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, viabilizando estudos para asfaltamento da rodovia PR-468, ligando os municípios de Marilu e Umuarama.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, visando a implantação do ensino de 5a. a 8a. séries no distrito de Alto São João, município de Roncador.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretária da Educação, visando a implantação do ensino de segundo grau, habilitações magistério e auxiliar de escritório, no município de Roncador.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, com apoio do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. diretor geral do DNER, viabilizando estudos para o asfaltamento da BR-487, trecho ligando os municípios de Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando estudos para a implantação de uma linha de ônibus direta, entre os municípios de Moreira Sales e Curitiba.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. presidente do IPE, através da Secretaria da Administração, visando a instalação de farmácia, laboratório de análises clínicas e gabinete dentário no município de Maringá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine junto ao sr. superintendente da Sucepar, viabilizando estudos no

sentido de enviar uma equipe técnica para averiguar problema de erosão urbana no Jardim Indo-Ivaí, município de Douradina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. ministro dos Transportes, visando urgência na liberação de recursos programados para executar a obra prevista na intersecção da Av. Tiradentes com a Av. Brasília (BR-369), no município de Londrina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 04, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 13 e 51/83.

Marcando ainda uma sessão ordinária para sexta-feira às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 45 e 58 /83.

Levanta-se a sessão.

REDAÇÃO FINAL DA PROPOSIÇÃO N.º 110/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — São alterados e acrescentados à Constituição Estadual os seguintes dispositivos:

“Art. 11 — Não perde o mandato o Deputado investido na função de Ministro do Estado, Governador do Distrito Federal, Governador do Território, Secretário de Estado e Prefeito da Capital, ou quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte (120) dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares.

§ 1.º —

§ 2.º —

§ 3.º — O Deputado afastado da Assembléia Legislativa para desempenhar função mencionada neste artigo e no § 2.º do artigo 108, poderá optar pela percepção integral de sua remuneração ou pela retribuição do cargo em comissão.

.....

Art. 12 — Os Deputados são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo nos casos de crime contra a honra.

§ 1.º — Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, os Deputados não poderão ser presos, salvo flagrante de crime inafiançável.

§ 2.º — No caso de flagrante inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de quarenta e oito (48) horas, à Assembléia Legislativa, para que resolva sobre a prisão.

§ 3.º — Nos crimes comuns, imputáveis a Deputados, a Assembléia Legislativa, por maioria absoluta, poderá a qualquer momento, por iniciativa da Mesa, sustar o processo.

§ 4.º — Nos crimes comuns, os Deputados serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§ 5.º — As prerrogativas processuais dos Deputados arrolados como testemunhas não subsistirão, se deixarem de atender, sem justa causa, no prazo de trinta (30) dias, ao convite judicial.

§ 6.º — A incorporação, às Forças Armadas, de Deputados, ainda que militares, mesmo em tempo de guerra, dependerá de licença da Assembléia Legislativa.

.....

Art. 14 — A Assembléia Legislativa compõe-se de Deputados eleitos pelo povo mediante sufrágio universal e voto di-

reto e secreto, pelo sistema distrital misto, majoritário e proporcional, na forma que a lei estabelecer.

Art. 15 —

§ 1.º —

- b) pelo Governador, quando este a entender necessária;
- c) por dois terços da Assembléia Legislativa.

Art. 16 —

Parágrafo único. Observar-se-ão as seguintes normas regimentais:

I —

II —

III — não será autorizada a publicação de pronunciamentos que envolverem ofensas às instituições nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem política ou social, de preconceito de raça, religião ou classe, configurarem crimes contra a honra ou contiverem incitamento à prática de crimes de qualquer natureza;

IV — a Mesa encaminhará, por intermédio do Governador pedidos de informação sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa;

V — não será criada comissão parlamentar de inquérito enquanto estiverem funcionando concomitantemente pelo menos cinco, salvo deliberação por parte da maioria da Assembléia Legislativa;

VI — não será de qualquer modo subvencionada viagem de Deputado ao Exterior, salvo no desempenho de missão temporária da Assembléia Legislativa;

VII — será de dois anos o mandato para membro da Mesa, vedada a reeleição.

Art. 22 —

XIII — credenciar seis delegados ao Colégio Eleitoral para a eleição de Presidente da República, indicados pela bancada do respectivo partido majoritário, dentre os seus membros.

Art. 24 —

§ 2.º — A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as vota-

ções, dois terços dos votos dos membros da Assembléia Legislativa.

Art. 25 —

§ 5.º — Na falta de deliberação dentro do prazo estabelecido neste artigo, cada projeto será incluído automaticamente na Ordem do Dia, em Regime de Urgência, nas dez sessões subseqüentes em dias sucessivos; se, ao final dessas não for apreciado, considerar-se-á definitivamente aprovado.

Art. 106 —

§ 1.º — Ressalvadas as disposições em contrário, o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, serão eleitos por sufrágio universal e voto direto e secreto, com mandato de quatro anos.

Art. 107 — O número de Vereadores, sempre ímpar, será fixado por lei, em proporção que não exceda de um para cada três mil eleitores, não podendo ser inferior a 9 nem superior a vinte e um, os Municípios com mais de um milhão de habitantes, terão trinta e três Vereadores.

Art. 108 — Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação.

I — da Assembléia Legislativa, os Prefeitos da Capital e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais, mediante lei;

II — do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse para a segurança nacional por lei federal.

§ 1.º — a criação de estância hidromineral não prejudicará o mandato do Prefeito anteriormente eleito.

§ 2.º — Não perde o mandato o Deputado que, em virtude do disposto neste artigo, for nomeado para o cargo de Prefeito.

Art. 158 — os mandatos dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 15 de novembro de 1982, terminarão em 31 de dezembro de 1988.

Art. 2.º — Ficam suprimidos o inciso XVI do artigo 22 e o parágrafo único do artigo 62, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

Republicado por ter saído com incorreção no Diário e nos Anais da Assembléia do dia 29/06/83, página 20.